



VII - GESTÃO DO ESTADO  
E COMBATE À CORRUPÇÃO

2009



## VII – GESTÃO DO ESTADO E COMBATE À CORRUPÇÃO

### 1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Em 2008, o Governo continuou a implementar medidas para reduzir e controlar os gastos públicos, por meio da alocação de recursos em áreas estruturais e da melhoria da qualidade dos gastos, de forma a contribuir para o crescimento do País. Em fevereiro desse exercício, foi implantado o Programa de Racionalização do Gasto Público (PRGP), cujo objetivo é identificar oportunidades de economia de recursos públicos no orçamento federal. Aderiram inicialmente ao programa os Ministérios dos Transportes, da Educação, da Defesa, da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas despesas têm sido objeto de análise minuciosa, segundo critérios de volume de recursos orçamentários. O projeto foi dividido em três etapas: diagnóstico, planejamento e acompanhamento. As duas primeiras etapas foram concluídas em 2008. A última, de acompanhamento das ações definidas com os referidos ministérios, será executada até setembro de 2009.

Uma outra vertente da atuação governamental para o provimento da infra-estrutura social e econômica, necessária ao crescimento do País, tem sido o desenvolvimento de projetos por meio de financiamentos apoiados no instituto da parceria público-privada (PPP). A utilização desse mecanismo permite a provisão de infra-estrutura para o País, resguardadas as restrições orçamentárias, e o compartilhamento de riscos do projeto com o setor privado.

Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP e a identificação de alternativas de investimento nesse regime ou de concessão no setor portuário e de bens públicos da União, está em andamento a contratação de consultoria por meio de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foram também celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com os Estados da Bahia e do Piauí, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Agência Espacial Brasileira e o Banco do Nordeste do Brasil.

O primeiro projeto de PPP a ser implementado pelo Governo refere-se ao Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina-PE. O projeto é uma oportunidade para empresas de desenvolvimento de infra-estrutura se envolverem em uma concessão de longo prazo, para a construção e operação de infra-estrutura de irrigação no setor de agronegócios brasileiro. O projeto Pontal consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m<sup>3</sup>/s de água no Rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura.

Outra vertente da atuação do Governo para o financiamento de projetos de investimento refere-se à captação de recursos externos. Em 2008, foi mantida a postura criteriosa em relação às novas aprovações, ao levar em consideração, sobretudo: i) o relacionamento com organismos internacionais compatível com o patamar de desenvolvimento alcançado pelo País; ii) a adequação das propostas de financiamento com as prioridades nacionais e regionais; e iii) a capacidade financeira e de implementação dos futuros mutuários. Tal postura permite maior eficiência na consecução das metas programadas pelas operações, redução dos pagamentos relativos a encargos financeiros vinculados à não-utilização dos recursos programados e maximização do valor agregado da operação, notadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de capacidades institucionais dos proponentes.

Assim, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), foi recomendada, em 2008, a preparação de 65 novos empréstimos externos (equivalentes a cerca de US\$ 7,4 bilhões), e de 15 doações (aproximadamente US\$ 30 milhões). Foram

contratados, com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), 30 operações de financiamento externo reembolsáveis e não-reembolsáveis, equivalentes a cerca de US\$ 4 bilhões. Desse total, a maior participação nos recursos coube aos Estados (92,4%, em 14 operações), seguida dos Municípios (6,9%, em 13 operações), e da União (0,7%, em 3 operações).

No que diz respeito ao relacionamento com os OFID, o Governo negociou o 8º aumento de capital do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) e o 11º aumento de capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), e formalizou os trâmites internos necessários para a transformação do Brasil em membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF).

## 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Os avanços na gestão dos recursos de tecnologia da informação (TI) dos órgãos federais foram significativos, propiciando um uso eficiente de tais recursos, essenciais ao suporte das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Em 2008, foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI), por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP). A EGTI tem o objetivo de estabelecer as bases para a transição entre a situação atual de gestão dos ambientes de informática dos órgãos e a implementação da nova política, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação, observada ainda a necessária elaboração pelos órgãos da Administração Pública Federal de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTI) em consonância com a EGTI.

Merece destaque, também em 2008, a publicação da Instrução Normativa nº 4, da SLTI, que trata da contratação de serviços de tecnologia da informação determinando: o compartilhamento dos sistemas desenvolvidos entre os órgãos da Administração Pública Federal; a análise de soluções de TI baseadas em software livre e de código aberto, previamente à contratação de serviços; e o disciplinamento das etapas do planejamento da contratação, incluindo plano de sustentação e estratégia de independência dos fornecedores da solução.

No contexto do SISP, os padrões de interoperabilidade da Arquitetura e-PING foram revistos e enriquecidos, gerando uma nova versão do documento de referência. As principais mudanças na Arquitetura relacionam-se à definição preliminar de um modelo de maturidade, que permitirá aos órgãos da Administração avaliarem a situação de aderência dos serviços de Governo Eletrônico sob sua gestão, bem como à abertura de tópicos relacionados a dispositivos móveis e TV Digital. Em 2008, a e-PING ampliou seu reconhecimento junto à comunidade internacional, o que pode ser ilustrado pela assinatura de termo de cooperação com o Governo da Argentina nessa área. Em relação ao tema padrões de Tecnologia da Informação (TI), deve-se destacar ainda a publicação de novas especificações técnicas para aquisição de hardware.

O projeto software público, que por meio do portal ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) disponibiliza soluções que podem ser úteis a órgãos e entidades públicos, assim como à sociedade, vem se consolidando no setor público, pois incentiva e viabiliza o compartilhamento de softwares adquiridos com recursos públicos. No referido portal, já são oferecidas 19 soluções em áreas como educação, saúde, informática, administração, geoprocessamento e telecomunicações. A partir de 2009, o Portal do Software Público Brasileiro será o local oficial no qual serão disponibilizadas as soluções informatizadas da Administração Pública Federal.

### 3. Transparência na Administração e Controle Social

O Governo vem intensificando investimentos na produção e disseminação de informações para a sociedade e ampliando o grau de transparência sobre a ação do Estado. O ano de 2008 foi marcado por mudanças significativas na divulgação de dados relativos à aplicação de recursos públicos, com aprimoramentos no Portal da Transparência e a criação do Portal dos Convênios.

O Portal da Transparência, em 2008, foi o vencedor na categoria – Prêmio da ONU “Finanças e Administração Pública”, da última edição do Prêmio CONIP de Excelência em Inovação na Gestão Pública, e classificado, ainda, entre as dez iniciativas vencedoras do 12º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal.

O sítio do Portal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) disponibiliza de maneira direta ao cidadão informações acerca da execução dos programas e ações do Governo Federal. Essa execução pode ser feita por meio de transferências de recursos, de aplicações diretas ou de gastos realizados com os cartões de pagamento. Lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros, hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 732 milhões de informações, envolvendo recursos federais superiores a R\$ 4,8 trilhões. O Portal da Transparência oferece também um sistema de mala direta, de fácil cadastramento pelo cidadão, para que ele receba, via e-mail, informações referentes a liberações de recursos para o Município cadastrado, para fins de acompanhamento de convênios. O sistema conta, atualmente, com mais de 17 mil cidadãos cadastrados para esse fim.

Em 2008, lançou-se a nova versão do Portal da Transparência com mudanças no *layout*, para facilitar o acesso do cidadão às suas informações, com a inclusão de novas consultas e com alterações na organização das informações disponibilizadas no sítio. Entre as novas consultas incluídas no Portal estão: Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), transferências de recursos e gastos diretos do Governo com entidades sem fins lucrativos; cartões de pagamento por portador; e transferências para entidades no exterior. A nova configuração do Portal da Transparência também facilita a análise dos gastos realizados. Agora, os resultados das consultas, de modo geral, poderão ser salvos em planilhas, o que permite reagrupar os dados conforme o interesse do usuário para eventuais comparações. No total, há cerca de 39 mil planilhas à disposição do público.

O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas disponibiliza a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da Administração Pública das diversas esferas federativas, evitando que empresas punidas por um determinado órgão ocultem essa punição para contratar com outro órgão público. Atualmente, existem no CEIS cerca de mil registros de empresas punidas pelos entes federais e estaduais. Para preservar a fidedignidade das informações, a fonte é preservada, o que possibilita ao usuário aprofundar sua consulta, caso deseje o contato direto com o órgão sancionador.

Informações referentes à execução orçamentária, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal estão também disponíveis nas Páginas de Transparência Pública, instituídas em 2006. Atualmente, 383 órgãos e entidades do Governo Federal já disponibilizam as Páginas de Transparência em seus sítios na Internet. Em 2008, as Páginas da Transparência foram reformuladas mediante alterações no *layout*, para possibilitar a navegação mais acessível, inclusive com novos canais do tipo “fale conosco”, além da criação de sua *home page* que disponibiliza, entre outras informações, a relação de todos os órgãos e entidades que possuem essa ferramenta e a origem dos dados apresentados.

O Portal dos Convênios, implantado no decorrer de 2008, representa mais um grande passo em direção à transparência e controle social na execução das despesas orçamentárias da União. Essa iniciativa deve-se não apenas à constatação do Governo Federal quanto à necessidade de um instrumento eficiente e transparente para a operacionalização das transferências voluntárias, mas também atende dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (LDO 2008) e acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Sistema de Gestão de Convênios (Siconv), cujo acesso se dá pelo mencionado Portal de Convênios (sítio [www.convênios.gov.br](http://www.convênios.gov.br)), foi concebido para a realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União a Estados, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, compreendendo o fluxo de operacionalização dos convênios e contratos de repasse (cadastramento de convenentes, seleção de projetos, celebração, liberação de recursos, registro e acompanhamento da execução e prestação de contas). Esse sistema trará como principais resultados, quando todos os convênios forem executados no âmbito desse instrumento, mais agilidade, transparência, redução de custos operacionais, desburocratização, além de viabilizar maior fiscalização e controle social.

No que diz respeito ao processo de compras públicas, no exercício anterior priorizou-se a acessibilidade, redução de custos e transparência. O Governo, em 2008, economizou com o uso do pregão eletrônico mais de R\$ 6,5 bilhões, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e presenciais em tempo real. O sítio ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)) possibilita consultas diretas a editais de licitações, pregões realizados, atas de pregões, cotações eletrônicas e os relatórios gerenciais sobre a evolução das compras e economias obtidas com o pregão eletrônico. O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Tanto a autenticação de pregoeiros, quanto a de ordenadores de despesas passou a ser realizada por meio de certificação digital, no âmbito do Sistema Comprasnet, para aumentar o nível de segurança das operações. No ano de 2008, foram emitidos 5.854 certificados digitais para esses agentes, totalizando cerca de 8.400 pregoeiros e ordenadores de despesa no território nacional. Destaca-se, ainda, a certificação do sistema de concessão de diárias e passagens (SCDP) em diversos órgãos da Administração Pública Federal, com a emissão, em 2008, de 1.985 certificados.

O Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, que desde 2004 busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do controle social, já realizou 117 encontros e beneficiou 924 Municípios, capacitando, aproximadamente, 23 mil cidadãos. Em 2008, foram realizados 26 eventos presenciais, atingindo 226 Municípios. Ainda no exercício passado, foram promovidos cursos a distância que capacitaram 6.022 cidadãos e distribuídos mais de 1,6 milhão de exemplares da cartilha denominada Olho Vivo no Dinheiro Público, que contém orientações para a população sobre a correta aplicação dos recursos públicos.

Com o objetivo de promover a ética e a cidadania junto ao público infante-juvenil, implantaram-se as seguintes ações em 2008: i) lançamento do sítio infantil denominado “Criança Cidadã – Portalzinho da CGU”, que contém jogos e histórias em quadrinhos para transmitir mensagens de ética e cidadania para as crianças, além de um espaço dedicado aos professores, com orientações

para trabalhar os temas do sítio em sala de aula; e ii) 2ª edição do Concurso de Desenho e Redação entre alunos do ensino fundamental e médio, realizado em âmbito nacional com o lema O que você tem a ver com a corrupção?. Mais de 250 mil crianças de todos os Estados do Brasil apresentaram trabalhos nesta edição do concurso. Também para esse público, o Governo Federal firmou parceria com o Instituto Maurício de Sousa, em 2008, para implementação do projeto “Um por todos, todos por um – Pela ética e cidadania”, e pretende, em 2009, realizar ações de estímulo ao controle social integradas com os Programas Escola Aberta e Mais Educação.

#### 4. Produção e Disseminação de Informações

No tocante às pesquisas realizadas e divulgadas pelo Governo, no exercício passado, destacam-se o Censo Agropecuário, a preparação do Censo Demográfico 2010. Em 2008, foi realizada a divulgação do volume da “Síntese de Indicadores Sociais 2008”, que traz uma análise das condições de vida da população brasileira, abrangendo nove temas: aspectos demográficos; educação; domicílios; famílias; casamentos, separações judiciais e divórcios; crianças, adolescentes e jovens; idosos; cor ou raça; e mulheres. Elaborados, principalmente, a partir de resultados Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), foram efetuadas, para indicadores selecionados, comparações internacionais com países como Rússia, Índia, China e África do Sul. A sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações no perfil demográfico, social e econômico da população.

Cabe destacar, também, o lançamento do Mapa da Pobreza em DVD e a edição do Sistema de Georreferenciamento de Indicadores Territoriais da População com Baixo Rendimento por Setores Censitários. O Sistema foi elaborado a partir das informações do Censo Demográfico 2000 e constitui-se em uma ferramenta de consulta de indicadores sociais elaborados para os níveis geográficos Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios e Setores Censitários. Esse Sistema representa um importante instrumento para subsidiar a localização de áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, assegurando, assim, maior eficácia às políticas de promoção e proteção social.

#### 5. Valorização dos Servidores

No âmbito da Administração Pública Federal foram obtidos nos últimos exercícios avanços na prestação dos serviços públicos, para os quais a gestão de recursos humanos tem contribuído, em especial, por meio da valorização dos servidores públicos. Essa valorização reflete-se na implementação de mecanismos de democratização das relações de trabalho, melhores tabelas remuneratórias, e, também, na criação de instrumentos de controle da qualidade dos serviços prestados, tais como a avaliação de desempenho e a profissionalização do quadro de pessoal.

Em 2008, as negociações envolveram 67 entidades representativas dos servidores públicos federais. O processo negocial aprofundou debates e consolidou compromissos sobre temas como carreiras, avaliação de desempenho e negociação dos conflitos, que são instrumentos estratégicos de gestão pública.

Quanto à segunda vertente utilizada para atingir os objetivos da valorização dos servidores – a da profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública – destacam-se as iniciativas de criação de novas carreiras, de recomposição da força de trabalho e da busca da profissionalização dos cargos de direção na Administração Pública Federal.

Nesse contexto, o projeto de lei que cria as Funções Comissionadas do Poder Executivo –(FCPE), em tramitação no Congresso Nacional, prevê a destinação privativa de um novo grupo de funções comissionadas aos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo na administração direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, em exercício em órgãos e entidades do Poder Executivo.

O projeto retrata a continuidade da política de valorização dos servidores públicos, por meio da reserva de posições de confiança, iniciada pelo Decreto nº 5.497, de 2005, que definiu percentuais mínimos dos cargos em comissão do Grupo DAS a serem ocupados por servidores públicos de carreira. Pretende-se, com a medida, restringir o número de cargos em comissão de livre provimento, induzindo a profissionalização em áreas essenciais do Estado.

Foram criados, em 2008, 67.687 cargos efetivos, dos quais 50.623 foram direcionados para a área de educação. Se comparado ao quantitativo de servidores civis e militares da União na ativa (1.001.416 em junho de 2008), houve um incremento de 6,8%. Há que se ressaltar que esses cargos serão preenchidos gradualmente por meio de concurso público, e que seus ocupantes atuarão majoritariamente na prestação de serviços para a população.

Foram autorizados, no exercício passado, concursos para preenchimento de 54.803 vagas, com provimento previsto para 2008 e 2009. Esse quantitativo decorre da prioridade conferida à mencionada área da educação, em decorrência do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que estabelece a abertura de novas instituições de educação profissional, de ensino universitário, bem como a expansão de instituições federais já existentes, por meio da abertura de novos *campi* e unidades. Somente para provimento, em 2008, foram abertas mais de 37.430 vagas para o MEC (correspondentes a 74% do total autorizado), entre cargos docentes e de técnicos administrativos.

No que concerne às autorizações para realização dos concursos públicos para a substituição de empregados terceirizados por servidores concursados, em razão dos compromissos assumidos no Termo de Conciliação Judicial celebrado com o Ministério Público do Trabalho, em 5 de novembro de 2007, já foi autorizado o provimento de 3.378 cargos vagos, quantitativo avaliado como suficiente para a substituição de 3.810 postos de trabalho terceirizados. Para 2009, está prevista a substituição de aproximadamente 9 mil terceirizados.

Mediante projeto de lei do Poder Executivo, convertido na Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, o Governo criou 884 cargos de Especialista em Infra-estrutura e de Analista de Infra-estrutura. Esses cargos vieram suprir a lacuna existente na Administração Pública Federal de profissionais capacitados para o planejamento, a implementação e execução de projetos e obras de infra-estrutura de grande porte, bem assim para a coordenação, fiscalização e a assistência técnica para a execução dessas obras, em alto nível de complexidade. O primeiro concurso, realizado no primeiro semestre de 2008, garantiu o provimento, ainda nesse ano, de 549 profissionais, alocados, prioritariamente, em órgãos com projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O Governo propôs também a criação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, a fim de recrutar pessoal qualificado para o exercício de atribuições voltadas à execução de programas e projetos no campo social, além de atividades de monitoramento e avaliação dessas ações. Estão previstos no projeto de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, a criação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais.

Adicionalmente, foi encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de criação da Carreira de Analista Executivo, cuja finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados para o exercício de atividades administrativas e logísticas de nível superior, em especial, nos serviços de suporte administrativo dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional.

O conjunto dos acordos negociados entre a Administração e as entidades representativas dos servidores no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente ao longo de 2008 deu origem a quatro Medidas Provisórias, que alcançaram um total de 1.238.750 servidores, sendo 566.114 servidores ativos, 407.786 aposentados e 264.850 instituidores de pensões. Contemplaram também a reestruturação remuneratória e do conjunto de carreiras que atingiu todo o pessoal civil do Poder Executivo.

Ressalte-se que a Medida Provisória nº 440, convertida na Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, define os critérios que regulamentarão a progressão e promoção dos servidores cuja remuneração é feita sob a forma de subsídio (parcela única), trazendo vantagens para os servidores e para a Administração Pública Federal, na medida em que tal modelo remuneratório traz segurança aos servidores e transparência à sociedade e ao Governo no que concerne à política remuneratória e aos gastos com pessoal.

No ano de 2008, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) ampliou seu papel na valorização e na capacitação de servidores públicos. Realizou cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, sendo 2,5 mil para ocupantes de cargos de DAS. A Enap contribuiu para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, por meio da oferta de novos cursos, presenciais e a distância, inclusive sob medida, e de especialização, pela coordenação do Sistema de Escolas da União e pelo mapeamento da oferta nacional de capacitação para servidores. Também articulou diversos eventos na Rede Nacional de Escolas de Governo. Outras ações no exercício passado foi a promoção do 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e o apoio na realização do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Na troca de experiências com outros países, merece destaque a articulação entre as escolas de governo do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o primeiro curso da Enap realizado fora do Brasil, ofertado à Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas, na República Dominicana.

## 6. Gestão

### a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

Em continuidade ao processo de consolidação do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, foram iniciadas atividades que visam à definição dos indicadores dos objetivos de Governo, com a finalidade de possibilitar a avaliação do novo PPA e de demonstrar os resultados dos pilares do Plano de Governo, que se organizam em torno das três agendas prioritárias: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a Agenda Social.

Foi instituído o Modelo de Gestão para o PPA 2008-2011, com a criação de uma nova estrutura para o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA (SMA), estabelecendo as atribuições e responsabilidades para a gestão do Plano, com o envolvimento da alta direção dos órgãos no gerenciamento dos programas. Foi criado o Comitê de Gestão do Plano Plurianual, ao qual compete o monitoramento estratégico do PPA, com base na evolução dos indicadores dos objetivos de Governo, dos programas prioritários e das respectivas metas de ações e delibera, ainda, sobre alterações estratégicas no Plano e a adoção de medidas para o fortalecimento da gestão para resultados.

Com a compreensão de que a avaliação de resultado está associada à organização programática, foi adotada a análise do Modelo Lógico, método de estruturação de problemas que se consolidou como uma ferramenta institucional para auxiliar na melhoria da programação e avaliação dos programas do PPA, contribuindo para o desenvolvimento da gestão com foco em resultados e para o fortalecimento do planejamento das políticas públicas. O Modelo trabalha, ainda, com a gestão de riscos, uma análise de possíveis acontecimentos futuros que podem impedir o alcance dos resultados do programa.

Em 2008, com o propósito de adotar um olhar mais focado na avaliação da política pública, mas sem abandonar a avaliação por programa, e se inserindo na tendência de concentrar a atenção sobre as intervenções públicas de maiores impactos para a estratégia de desenvolvimento do País, o Relatório de Avaliação do PPA 2004-2007 foi elaborado levando em conta a Estratégia de Desenvolvimento e a análise de 10 dos 30 Desafios que compunham os três megaobjetivos do Governo, considerando 105 programas do Plano.

Ainda no exercício passado, foi implementado o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SISPac), para a gestão e o monitoramento intensivo dos empreendimentos que compõem o PAC, envolvendo o acompanhamento de sua execução orçamentária e financeira.

Manteve-se, também em 2008, a sistemática de captação das informações gerenciais que subsidiam a verificação do andamento da execução das ações governamentais, comparando-a com o desempenho pretendido, tanto no aspecto físico como no financeiro. A captação dessas informações se dá por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), cujo módulo de monitoramento foi aperfeiçoado, com o propósito de torná-lo mais adequado para os usuários.

#### **b) Gestão do Patrimônio da União**

Em 2008, o Governo buscou a efetividade na gestão patrimonial da União, especialmente a utilização de imóveis de sua propriedade para a maximização dos programas de infra-estrutura e sociais, especialmente nas áreas de habitação e educação. Exemplo dessa diretriz foi a mudança do instrumento jurídico adotado para a destinação de imóveis da União para utilização no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI). Para acelerar a implementação de novas Instituições Federais de Ensino Tecnológico (IFETs) e de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passou a ser utilizado o instituto da Doação, em vez da Cessão de Uso Gratuito, dando assim mais agilidade e estabilidade na estruturação de novas unidades de ensino e consolidação de universidades existentes. Assim, no exercício passado foi viabilizada a ampliação ou criação de novos *campi* universitários nos Estados do Acre, Amazona, Pará, Tocantins, Pernambuco, Sergipe, Sergipe, Bahia, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, além do Distrito Federal. Para a implantação do REUNI já foram doados 90 imóveis da União para instituições de ensino federais.

Destaca-se, também, a criação do Grupo de Trabalho Nacional em apoio à destinação de imóveis da União para habitação popular composto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), CAIXA, Ministério das Cidades e representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades. Como resultado, 21 imóveis da União foram selecionados para o primeiro programa do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) de apoio direto às cooperativas e associações, e serão criados Grupos de Trabalho permanentes nos 26 Estados

e no DF para trabalhar junto com às Gerências do Patrimônio da União na identificação de imóveis que possam ser utilizados para a implementação de projetos dessa natureza.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, o Governo avançou o processo de regularização fundiária em áreas de várzeas no Estado do Pará, com foco nas comunidades do arquipélago de Marajó. Foram entregues Termos de Autorização de Uso para 8.874 famílias ribeirinhas da região, somando 17 mil títulos entregues desde 2006, em que o Governo, por meio de atuação conjunta da SPU, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reconheceu o direito à ocupação e exploração sustentável dessas áreas pelas famílias ribeirinhas. A SPU recebeu o prêmio de inovação em políticas públicas da Enap com esse trabalho. A regularização fundiária em áreas de várzeas foi iniciada também no Amapá e na Bahia.

Tem relevância particular a entrega, em 2008, do primeiro título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) em imóvel da extinta Rede Ferroviária Federal SA., em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a primeira CDRU em área rural da União diretamente para associação comunitária no Piauí e as primeiras doações diretas de imóveis da União a famílias de baixa renda para fins de moradia, no Município de Inconfidentes, em Minas Gerais, colocando em prática os avanços trazidos pela Lei nº 11.481, de 2007. Foram emitidas, ainda, 11 autorizações de obras (10 delas contam com investimentos do PAC) que beneficiarão aproximadamente 20.406 famílias em áreas federais que somam 430.758,13 m<sup>2</sup>, no âmbito de processos de cessão de áreas.

Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que dentre outras ações, incluiu o acesso a serviços por meio da Internet. Dessa forma, as informações relativas aos ocupantes desses imóveis e os serviços prestados pelo Governo ganharam em qualidade, confiabilidade, transparência e agilidade, causando, de imediato, aumento no número de registro das transações de transferência de utilização, com impacto direto na arrecadação de receitas patrimoniais. Com essas medidas, a arrecadação, no ano de 2008, atingiu R\$ 437,3 milhões superando em 22% o volume arrecadado no exercício de 2007.

### **c) Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação**

O Governo, por meio do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-Reg), criado pelo Decreto nº 6.062, de 19 de março de 2007, está implementando ações com vistas a fortalecer a capacidade dos ministérios para formular políticas públicas relativas aos setores em que as agências reguladoras atuam, bem como para realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação e dos resultados dessas políticas, levando em consideração as variáveis que condicionam o funcionamento dos mercados, o impacto sobre a concorrência e a competitividade, o ambiente de negócios, a capacidade de atrair investimentos e os efeitos potenciais sobre consumidores e usuários.

Por meio desse Programa, busca-se ainda promover a coordenação e o alinhamento estratégico entre as políticas públicas setoriais e os processos de regulação. Para isso, já estão em andamento medidas para estimular a criação de instâncias institucionais para a coordenação de ações no âmbito da Administração Direta Federal, com vistas a fortalecer a cooperação interinstitucional entre ministérios e agências, o intercâmbio de informações e a retroalimentação das decisões que afetam a qualidade regulatória. Além disso, estimula-se o desenvolvimento de instrumentos para a obtenção e formalização de consensos e acordos em torno dos resultados esperados pelas políticas setoriais, do desempenho das agências e da sua autonomia administrativa.

O PRO-Reg tem como prioridade fortalecer a autonomia das agências reguladoras federais e busca contribuir para a melhoria de seu desempenho e promover a implantação de instrumentos que apoiem a melhoria da qualidade da regulação.

Uma das ações realizadas no âmbito do PRO-Reg, em 2008, foi a apresentação do “Relatório sobre a Reforma Regulatória no Brasil – Fortalecendo a Governança para o Crescimento”, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja divulgação no Brasil foi objeto de um seminário internacional realizado pela Casa Civil da Presidência da República, em cooperação com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília, no final do mês de maio. Esse estudo ou revisão inter pares (*peer review*) sobre o sistema regulatório brasileiro foi desenvolvido durante o ano de 2007 e concluído em abril de 2008.

O estudo da OCDE analisou o ambiente institucional relativo à regulação no Brasil, os marcos regulatórios e a atuação das agências reguladoras nos setores de energia, telecomunicações, transportes terrestres e assistência suplementar à saúde. Conclui que as agências reguladoras contribuíram para a promoção de um ambiente concorrencial e para o bom desempenho da economia brasileira. Entretanto, para o Brasil continuar inserindo-se com vantagens em uma economia globalizada é necessário aperfeiçoar a estrutura regulatória, permitindo um ambiente que atraia os investimentos privados requeridos para a modernização e ampliação da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Em 2009, as ações prioritárias do PRO-Reg são as seguintes:

- estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios, que apoie o Governo em temas de melhoria da qualidade regulatória;
- desenho de uma estratégia de implantação e institucionalização da análise de impacto regulatório como instrumento de apoio à melhoria da qualidade da regulação;
- estudo para a criação de uma instância colegiada independente de consulta e assessoramento ao Governo em temas de qualidade e boas práticas em regulação, com a participação de representantes do governo, empresários, acadêmicos, consumidores e usuários de serviços públicos sujeitos à regulação;
- formulação e implementação de uma campanha de comunicação institucional de educação em regulação; e
- capacitação dos servidores das agências reguladoras e dos ministérios responsáveis pela formulação de políticas públicas em setores regulados em temas relacionados a boas práticas regulatórias.

Em consonância com o PRO-Reg, iniciativas têm sido implementadas pelas Agências Reguladoras. A ANVISA instituiu, em 2008, o Programa de Melhoria do Processo de Regulamentação, objetivando a sistematização das etapas do processo regulatório, a melhoria da gestão regulatória institucional, o aumento da transparência e do controle social no processo de regulação e a instituição da avaliação de impacto regulatório, além da facilitação da adoção de uma pauta regulatória baseada em prioridades identificadas com a participação das mais de trezentas instituições nacionais que integram a composição das Câmaras Setoriais daquela Agência.

## 7. Combate à Corrupção

O Governo prosseguiu no enfrentamento da corrupção na área pública. Os esforços empreendidos pelas instituições de defesa do Estado não passam despercebidos pela sociedade. Pesquisa de âmbito nacional realizada em maio de

2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Instituto Vox Populi, apontou que cerca de dois terços dos entrevistados reconhecem que cresceu neste Governo “a apuração dos casos de corrupção que antes ficavam escondidos”. E, no âmbito internacional, pesquisa semelhante da ONG chilena Latinobarômetro mostra que 45 por cento dos seus entrevistados reconhecem progressos na luta contra a corrupção no Brasil, percentual superior à média do continente.

O Brasil é signatário dos seguintes tratados internacionais: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU), a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE). Para divulgar os termos dessas convenções, uma série de medidas foram executadas em 2008, como a elaboração e distribuição de material informativo, desenvolvimento do *hotsite* da ONU (<http://www.cgu.gov.br/onu/index.asp>) e a manutenção dos demais *hotsites*: (<http://www.cgu.gov.br/oea>; <http://www.cgu.gov.br/ocde>). Reflexo dessas ações empreendidas pelo Brasil em relação ao tema é o reconhecimento oficial dos Organismos Internacionais especializados da ONU, que já convocaram a Controladoria Geral da União – CGU para oferecer assistência técnica e capacitação a outros países nessas áreas. Destacam-se, a seguir, algumas das principais ações de combate à corrupção iniciadas ou intensificadas em 2008.

#### a) Auditorias

Deu-se continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, sistemática inovadora e exitosa adotada a partir de abril de 2003, e que se encontra na 27ª edição, com 1.461 Municípios fiscalizados, correspondendo a 26,25% do total de Municípios brasileiros, englobando recursos públicos federais da ordem de R\$ 9 bilhões. Estendido, em 2004, à fiscalização da aplicação de recursos federais pelos Estados, foram realizadas até 2008, oito edições do Sorteio de Estados, resultando em 77 fiscalizações, que contemplaram recursos da ordem de R\$ 8,2 bilhões. No exercício de 2008, foi realizado o 1º Sorteio Especial, que fiscalizou 50 Municípios beneficiados com recursos do PAC, envolvendo recursos no montante de R\$ 317 milhões.

O Governo buscou priorizar, em 2008, o acompanhamento e fiscalização das ações do referido PAC, atuando em pelo menos três frentes de trabalho distintas e complementares entre si: acompanhamento sistemático dos principais programas de governo, com especial destaque às grandes obras; fiscalização de pequenos e médios empreendimentos nas áreas de saneamento e de habitação, por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; e fiscalização de obras em decorrência de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado. Em 2009, no âmbito do “Programa de Fiscalizações por Sorteios” será avaliada a possibilidade de aperfeiçoamento e focalização temática, a exemplo do 1º Sorteio Especial, o que possibilitará a concentração dos esforços em assuntos de especial relevância e criticidade, permitindo, assim, diagnósticos mais aprofundados sobre as ações de governo fiscalizadas.

A partir de 2007, as capitais e os grandes Municípios (com mais de 500 mil habitantes) passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização. Em 2008, foram realizadas 358 fiscalizações em 13 Municípios com população acima de 500 mil habitantes. Atuou-se ainda em todas as 27 capitais brasileiras, garantindo uma cobertura de 93% dos Municípios não abrangidos pelo “Sorteio de Municípios”. No tocante às auditorias anuais sobre as tomadas e prestações de contas, além de buscar a simplificação e focalização dos procedimentos, realizaram-se 1.180 auditorias ordinárias, em 2008.

O Governo vem realizando, também, ações de fiscalizações de recursos transferidos sobre os quais parem suspeições de desvios. Não se trata do trabalho regular de fiscalização e auditoria, tampouco do acompanhamento feito por sorteio. Nesse caso, a seleção é realizada de acordo com informações previamente coletadas pela fiscalização regular em que se identifique um padrão de irregularidades, ou por escolha compartilhada pelos órgãos de defesa do Estado. Em 2008, importantes trabalhos nessa linha de atuação foram desenvolvidos, tais como: Operação Rapina (Maranhão), Operação Rapina II (Maranhão), Operação Telhado de Vidro (Rio de Janeiro), Operação Hígia (Rio Grande do Norte), Operação Pasárgada (Minas Gerais), Operação João de Barro (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e Espírito Santo), Operação Toque de Midas (Amapá) e Operação Nêmesis (Maranhão).

As Tomadas de Contas Especiais (TCEs) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção do respectivo ressarcimento. Até dezembro de 2008, foram certificadas e enviadas ao TCU 1.062 TCEs, indicando retorno potencial aos cofres públicos de R\$ 642,8 milhões.

Na área de pessoal, realizaram-se auditorias mediante a verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais ou por meio de trilhas de auditorias aplicadas nos sistemas de pessoal. Em 2008, até setembro, foram analisados e enviados ao TCU 67.117 processos de aposentadoria, pensão e admissão, envolvendo R\$ 363,1 milhões.

Durante o exercício de 2008, foram recebidas pelo Governo um total de 3.449 denúncias e representações. Dessas, 2.497 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades, são enviados ao TCU e, ainda, se for o caso, à Polícia Federal e ao Ministério Público.

#### **b) Medidas Corretivas**

Quanto à questão correicional, o Governo manteve como prioridade a apuração da responsabilidade dos agentes públicos na esfera administrativa, em 2008, sem, entretanto, esquecer o caráter orientador que deve revestir essa atividade. Até novembro desse exercício, foram aplicadas 309 punições expulsivas, sendo 250 demissões, 25 cassações e 34 destituições. Entre as principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2008 prevalecem os itens valimento do cargo (33,79%) e improbidade administrativa (19,76%). O Governo procedeu, até outubro de 2008, a instauração e condução direta de 122 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (em sentido estrito) e Sindicâncias Punitivas e Investigativas, além da instauração de 38 Sindicâncias Patrimoniais e a verificação da regularidade de 831 processos disciplinares instaurados e conduzidos nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo. Foram realizadas, ainda, 40 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo e instaurados mais de 200 processos disciplinares.

A Sindicância Patrimonial, que se destina à verificação de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos, nos casos de evolução patrimonial incompatível com a renda, assumiu, em 2008, definitivamente, o seu papel junto aos demais procedimentos apuratórios. Já são mais de 70 Sindicâncias Patrimoniais instauradas entre 2006 e outubro de 2008, sendo 38 dessas no exercício passado, originadas de relatos da ocorrência de operações suspeitas encaminhadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da verificação de incompatibilidades patrimoniais constantes das declarações de bens e direitos, ou de denúncias e representações sobre atividades suspeitas e sinais exteriores de riqueza.

Sob o firme propósito de punir com rigor as pessoas jurídicas que participam de fraudes contra a Administração Pública em procedimentos licitatórios, o Governo criou, em dezembro de 2007, a Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF), vinculada diretamente à Corregedoria-Geral da União. Em 2008, por meio do trabalho da CPAF, foi declarada a inidoneidade de oito empresas, impedindo-as de licitar e contratar com a Administração Pública. Entre essas, estão algumas que alcançaram grande destaque na mídia em razão da direta participação em graves acontecimentos que abalaram a opinião pública nacional, como as relacionadas a fraudes nas vendas de ambulâncias e contratação de mão-de-obra para a execução de serviços.

### c) Ações de Capacitação e Prevenção

Em continuidade ao já reconhecido programa de formação de membros de comissões disciplinares, promoveu-se, em 2008, a capacitação de 1.116 servidores públicos federais. Merece registro, também, a realização do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Disciplinar, que teve início em 2008, com a participação de 45 profissionais atuantes em unidades de correição da CGU e dos Ministérios da Justiça (DPF), da Saúde (ANVISA), da Previdência Social (INSS), da Fazenda (SRFB) e do Banco Central. Previsto para encerrar-se em julho de 2009, esse curso formará especialistas em matéria disciplinar, que serão agentes multiplicadores e disseminadores desse conhecimento no âmbito de seus órgãos e entidades.

No que se refere à prevenção de irregularidades, o Governo realizou várias ações, em 2008, destacando-se:

- i) a elaboração e disponibilização do manual Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamentos, com a finalidade de orientar os gestores federais quanto à utilização dos recursos destinados ao Suprimento de Fundos e movimentados por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF) para o pagamento de despesas excepcionais. O manual objetiva evitar erros e subsidiar o servidor com informações para melhorar a qualidade do uso dos recursos públicos; e
- ii) o lançamento do Observatório da Despesa Pública, que utilizará as ferramentas mais avançadas da tecnologia da informação para análise e acompanhamento da despesa pública, simulando uma “malha fina”, concebida para identificar situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Tais instrumentos já foram utilizados na análise dos gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas e de irregularidades potenciais no uso do CGPF. Esses instrumentos estão sendo utilizados, também, para análise da base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de irregularidades potenciais e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo.

O Governo deu continuidade à implementação do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Até novembro de 2008, o programa contava com 1.052 Municípios inscritos, tendo sido realizados sete sorteios, por meio dos quais já foram beneficiados 187 Municípios, capacitados 2.135 agentes públicos municipais e distribuídos mais de 60 mil manuais com informações sobre programas federais. Além dos resultados da ação derivada dos sorteios, também foram desempenhadas atividades de apoio à instituição e à operacionalização de unidades de controles internos de Municípios e Estados, por meio da qual foram beneficiados cerca de 434 Municípios e seis Estados, totalizando um número de 1.523 servidores capacitados.

Na questão do aperfeiçoamento do marco legal e normativo, foram iniciados estudos para elaboração de anteprojetos de lei sobre os seguintes temas: responsabilidade civil e administrativa da pessoa jurídica pela prática de atos contra a Administração Pública; organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas – proteção ao denunciante de boa-fé; e regulamentação do *lobby*. Sobre a questão do *lobby*, deve ser ressaltada a realização, em 2008, do “Seminário Internacional sobre Intermediação de Interesses: a Regulamentação do Lobby no Brasil”, que contou com a presença de representantes dos setores público e privado, buscando fixar subsídios teóricos para o futuro anteprojeto de regulamentação dessa atividade no Brasil.

#### d) Ações de Ouvidoria

Em 2008, foram criadas 11 novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 149 unidades em operação no Poder Executivo, responsáveis pelo atendimento de 2 milhões de manifestações no decorrer desse exercício. Foram oferecidos pelo Governo, no ano passado, cursos de aperfeiçoamento para ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria em oito capitais, alcançando a participação de mais de mil ouvidores e servidores de unidades de ouvidoria.

#### e) Combate à Lavagem de Dinheiro

No âmbito da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro, foi realizada a sexta edição da Estratégica Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA 2009). Durante essa reunião foram apresentados os avanços obtidos, dentre os quais se destacaram: a elaboração de anteprojeto de lei para alterar a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; a elaboração da padronização das solicitações de interceptação telefônicas, que serviu de subsídio à Resolução nº 1, de 24 de setembro de 2008, expedida pela Corregedoria Nacional de Justiça; e a elaboração de manual contendo as bases de dados públicas disponíveis que possam ser úteis para o combate ao crime.

As ações da ENCCLA compreenderam, também, estudos sobre a reforma do processo penal, tipologias de lavagem de dinheiro associadas ao setor desportivo e às organizações governamentais, bem como a interoperabilidade dos sistemas dos órgãos envolvidos na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Para 2009, serão executados estudos relacionados à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro por meio do comércio.

Apesar dos diversos avanços nos campos regulatório e operacional, a legislação brasileira ainda demanda ajustes, que estão contidos no Projeto de Lei nº 3.443, de 2008, já aprovado pelo Senado Federal, que ampliará o alcance da atual Lei 9.613, de 1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos, dentre outras disposições. Ao aperfeiçoar o arcabouço jurídico brasileiro, a nova lei, ao ser aprovada, proverá as autoridades de ferramentas adequadas para fazer frente aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

A atuação do Governo Federal, juntamente com o Ministério Público e o Poder Judiciário, permitiu, em 2008, o bloqueio judicial de cerca de R\$ 658 milhões em contas-correntes e em outros produtos financeiros, no Brasil e no exterior, de pessoas que respondem a processos criminais.

Para o aperfeiçoamento das ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em 2008, foram capacitados 1.746 agentes públicos. Com a inclusão do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), foi possível treinar 872 policiais civis. Para 2009, o Governo pretende dar continuidade aos cursos de capacitação, com enfoque no estudo de casos práticos.

As ações do Laboratório de Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) envolveram o início da replicação do modelo de laboratório instalado no Governo Federal para órgãos estaduais de investigação e persecução criminal nas regiões priorizadas pelo Pronasci. Em 2009, o processo de instalação dos laboratórios já conveniados continuará, além da busca de novos métodos, tecnologias e ferramentas para aprimorar a atuação do LAB-LD, reforçando o seu papel de centro de referência na análise de grandes volumes de dados.

#### **f) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social**

A linha de frente de combate à fraude previdenciária adota o trabalho na forma de Força-Tarefa Previdenciária (FTP), em que o Governo Federal trabalha em colaboração com o Ministério Público da União no processo de análise e investigação das fraudes. Essa abordagem tem trazido resultados satisfatórios quanto à eficácia e à agilidade dos trabalhos, sobretudo pela celeridade com que o conhecimento e a informação são transferidos entre os profissionais. Numa análise preliminar, o conhecimento adquirido pela FTP indica a existência de diversos tipos de fraudes na área de benefícios assistenciais e previdenciários com tipologias e perfis de dados bem característicos. A ocorrência de tais fraudes decorre, na maior parte das vezes, por causa de vulnerabilidades nos processos de negócio, nos sistemas informatizados e na gestão de pessoas.

Em 2008, foram deflagradas 40 operações. As ações resultaram em 506 mandados de busca e apreensão e 314 mandados de prisão temporária. Entre 2003 e 2008, foram realizadas 181 operações, expedidos 1.580 mandados de busca e apreensão e cumpridos 1.165 mandados de prisão temporária.

### **8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União**

Utilizando-se de seus órgãos de consultoria, assessoramento jurídico e defesa judicial, o Governo obteve importantes vitórias perante o Supremo Tribunal Federal (STF), afastando os óbices opostos à ação governamental na implementação de políticas públicas, tais como: i) demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em apreciação pelo STF, tendo sido proferidos oito votos favoráveis à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; ii) êxito em diversos mandados de segurança que questionaram processos e procedimentos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; iii) acolhimento pelo STF dos argumentos deduzidos pelo Governo, no sentido de permitir a pesquisa de células-tronco (art. 5º da Lei nº 11.105, de 2005), como forma de desenvolvimento científico, com vistas à preservação da dignidade humana, julgando, assim, improcedente o pedido contido na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3510; e iv) conclusão do STF pela constitucionalidade do art. 1º da Lei nº 8.899, de 1994, que determina a concessão de transporte interestadual gratuito para portadores de deficiência comprovadamente carentes – passe livre, acolhendo o argumento do Governo na ADI nº 2.649, o qual transcorreu sobre a necessidade de proteção do cidadão duplamente hipossuficiente – tanto sua situação econômica como pela sua deficiência, seja física, visual, auditiva ou mental.

Nas ações em que é possível quantificar os valores, evitou-se a saída indevida dos cofres públicos de aproximadamente R\$ 650 milhões, por meio de atuação judicial perante o STF durante o ano de 2008.

Utilizando-se ainda da atuação desses mesmos órgãos, garantiu-se a implantação de políticas públicas, entre elas todas as obras do PAC; atuou-se na redução de ações judiciais contra o INSS; incrementou-se a cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações, em especial as dívidas decorrentes de multas ambientais e aquelas aplicadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); e viabilizou-se o leilão da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau, no Estado de Rondônia, cujo preço do Megawatt, em comparação aos leilões ocorridos nos anos anteriores, importou economia significativa de recursos para a sociedade brasileira. Ainda no tema Cobrança e Recuperação de Créditos, vale destacar que, no somatório de todas as autarquias e fundações, foram ajuizadas 18.639 novas ações de cobrança no ano de 2008, tendo sido arrecadados recursos, até novembro do exercício passado, da ordem de R\$ 3,2 bilhões.

Destaca-se ainda o esforço do Governo na elaboração de cerca de 40 orientações normativas que balizarão a atuação dos advogados públicos federais de todo o Brasil relativamente à questão de licitações e contratos, dando mais segurança jurídica aos gestores e mais transparência às aquisições de bens e serviços pela Administração Pública Federal.

O uso pelo Governo da ferramenta conciliação para resolução administrativa de conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, tem demonstrado ser uma eficiente forma de não sobrecarregar ainda mais o Poder Judiciário. Ao final do ano de 2007, havia 125 processos em fase de conciliação pelas Câmaras *ad hoc*, instaladas no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU). No decorrer de 2008, foram encaminhados à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) mais 79 processos. Desse total, foram realizadas 16 conciliações, constatado que 9 processos não eram passíveis de conciliação, 1 foi arquivado e 1 foi extinto.

Outro significativo instrumento de modernização na atuação jurídica é a edição de Súmulas da AGU, de grande significado para a melhoria da eficiência da Administração, pois permite ao cidadão ter acesso pelas vias administrativas a direitos que somente obteria recorrendo ao Poder Judiciário. Assim, apenas em 2008, foram publicadas dezessete súmulas, que buscam reduzir o número de ações judiciais propostas contra a União, suas autarquias e fundações, e evitar a interposição de recursos desnecessários. Com essa atitude, o Governo contribui, significativamente, para a garantia dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal.